



# MILTON CAMPOS



Direito

Administração

Ciências Contábeis

JORNAL DAS FACULDADES MILTON CAMPOS • N.º 133 • ANO XVI • 2010

## Almanaque mostra forte presença da Milton Campos na Magistratura mineira

Levantamento feito pelo professor Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza no *Almanaque dos Magistrados do Estado de Minas Gerais*, publicado pela Escola Judicial "Desembargador Edésio Fernandes" (Ejef), revela que há 74 ex-

alunos da Faculdade de Direito Milton Campos entre os magistrados mineiros da ativa. Para o professor Fiúza, "é uma vitória para a nossa faculdade já ter na Magistratura de nosso Estado um número tão significativo de inte-

grantes sendo quatro Desembargadores e 70 juízes de Direito".

Página 8



## Novos doutor e mestre defendem teses sobre impostos e planejamento



Com sua tese sobre a não-cumulatividade dos impostos aprovada por unanimidade, o professor André Mendes Moreira obteve o título de Doutor pela USP. O professor Mateus Simões de Almeida obteve o título de Mestre pela FDMC, com nota 100 em defesa de dissertação sobre planejamento econômico no setor privado.



Página 3

## Produtividade crescente e qualidade da Revista valorizam o Mestrado

Trinta e sete dissertações de Mestrado foram defendidas ao longo de 2009 junto ao curso de pós-graduação em Direito Empresarial da Faculdade de Direito Milton Campos, número que revela "a grande produtividade de nossos alunos e do

corpo docente nos últimos anos", segundo o coordenador da pós-graduação, professor Carlos Alberto Rohrmann.

A produtividade crescente e a recente classificação da Revista da FDMC na categoria *Qualis B4* irão

contribuir para melhorar ainda mais a classificação do Mestrado da Milton Campos pela Capes, que deverá ser divulgada no decorrer deste ano. Os dois volumes da Revista relativos ao ano de 2009 irão circular até março próximo. (Página 7)

Jornal traz informações sobre serviços para calouros

Plínio Salgado e José Flávio Bontempo falam sobre a faculdade

Prazo para monitoria termina na sexta, dia 5. Há 14 vagas.

Página 2

F e v e r e i r o

# Inscrições para 14 vagas de monitoria só até sexta-feira, dia 5

Estão abertas até a próxima sexta-feira, dia 5, as inscrições às 14 vagas de Monitoria oferecidas neste semestre, distribuídas entre as áreas de direito privado, direito público e das disciplinas básicas e complementares. As inscrições devem ser feitas na Secretaria do Centro de Extensão e a prova de seleção será realizada no sábado, dia 6.

O candidato à monitoria deve dispor de dez horas semanais para o exercício da atividade, das quais sete horas destinam-se ao atendimento aos alunos (distribuídas de modo que haja horários facilmente acessíveis tanto a alunos da manhã como da noite) e três horas devem ser dedicadas à pesquisa acadêmica sob supervisão de seu orientador.

A monitoria é uma atividade que beneficia a toda a comunidade acadêmica. Mediante o seu exercício, o aluno-monitor mantém-se em dia com a matéria, revisando-a e aprofundando seu estudo; já o estudante que a procura pode obter tanto esclarecimentos para dúvidas eventuais como um acompanhamento mais constante dos temas abordados em sala de aula, além de encontrar, no monitor, um interlocutor para orientá-lo a encontrar possíveis focos de interesse em pesquisa acadêmica – para o TCC inclusive – dentre aqueles oferecidos pelas linhas de pesquisa institucionais. O professor pode beneficiar-se, por sua vez, das informações que o monitor levanta durante os atendi-

mentos, tais como dúvidas mais frequentes e tópicos considerados mais difíceis pelos alunos das disciplinas.

A monitoria é, também, um excelente laboratório em que o aluno pode descobrir ou confirmar sua inclinação para alguma área do direito ou suas ciências auxiliares, bem como para a docência, registrando-se a presença de alguns ex-monitores dentre os atuais professores da Faculdade de Direito, bem como em outras instituições de ensino superior.

Mais informações podem ser obtidas na Secretaria do Centro de Extensão ou no site da FDMC ([www.mcampos.br](http://www.mcampos.br)), *link* do NUMO (Núcleo de Monitoria).

## P A R T I C I P A Ç Ã O

# Adfamc convoca ex-alunos para reuniões mensais

### FACULDADES MILTON CAMPOS

#### A Faculdade do seu tempo.

DIRETORA DA FACULDADE DE DIREITO: Prof.<sup>a</sup> Lucia Massara • VICE-DIRETOR: Prof. Marcos Afonso de Souza • DIRETOR DA FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO: Prof. Jorge Lasmar • DIRETOR EM EXERCÍCIO: Prof. Carlos Alberto Rohrmann • SECRETÁRIO: Prof. Décio Fulgêncio Alves da Cunha • ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO: GM3 Comunicação e Consultoria • EDITOR RESPONSÁVEL: Manoel Marcos Guimarães (JP 1587/MG) • REDAÇÃO: Fernando Afonseca (JP 4350/MG) e Miriam Gomes Chalfin (JP 4525/MG) • EDIÇÃO, PROJ. GRÁFICO e DIAGRAMAÇÃO: Communicatio (31) 3286-1422 • TIRAGEM: 7,5 mil.

*As Faculdades são uma instituição de ensino superior, de natureza privada, sem qualquer vínculo com órgão público, tendo como entidade mantenedora a Sociedade Civil denominada Centro Educacional de Formação Superior (Cefos).*

PRESIDENTE: Prof. José Barcelos de Souza • SECRETÁRIO: Prof. Haroldo da Costa Andrade • DIR. FINANCEIRO: Prof. Osmar Brina Corrêa Lima

e-mail: [jornal@mc Campos.br](mailto:jornal@mc Campos.br)

Home page - <http://www.mcampos.br>

Tel.: (31) 3289-1900

- CAMPUS I - Rua Milton Campos, 202
- CAMPUS II - Alameda da Serra, 61  
Bairro Vila da Serra - Nova Lima - MG  
Caixa Postal 3268 - Cep 30140-970 - BH

A Associação dos Diplomados pela Faculdade de Direito Milton Campos (Adfamc) fechou o primeiro ano de seu mandato com um balanço positivo de suas ações. Além do espaço físico cedido pela direção da Faculdade e do Cefos, onde funciona a entidade, teve presença destacada no Jubileu de colação de grau das turmas de 1984, comemorado no ano passado.

Para o ano de 2010, a Adfamc pretende implementar os cursos de reciclagem e atualização para os formados pela Milton Campos. Neste sentido, as professoras Mônica Aragão

e Renata Fonseca, ex-alunas da Faculdade, já se dispuseram a ministrar aulas, nas áreas da Teoria Geral do Estado, Direito Constitucional e Processual.

A diretoria da Adfamc reitera aos seus associados e os demais diplomados pela Milton Campos que a participação do ex-aluno é fundamental para o desenvolvimento dessas e de futuras ações. Convida a todos os ex-alunos a participarem da reunião mensal da Associação que acontece toda primeira quinta-feira do mês, na própria Faculdade.

### BOAS NOVAS

#### • Brina em livro e bancas

O Prof. Dr. Osmar Brina Corrêa Lima, diretor-tesoureiro do Cefos, coordenou, juntamente com o Dr. Sérgio Mourão Corrêa Lima, assessor-jurídico do Cefos, a obra *Comentários a nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas*, publicada em 2009 pela Editora Forense, do Rio de Janeiro. Trata-se de livro que reúne textos de consagrados autores na área de Direito Comercial.

Agora em fevereiro, o professor Brina irá a São Paulo para compor comissão examinadora de concurso para livre-docente na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Em 2009, ele já havia participado de banca examinadora de concurso para professor titular, na USP, e de banca examinadora de doutorado na UERJ, no Rio de Janeiro.

Semelhantes trabalhos, bem como a produção científica de professores, são muito importantes para uma boa avaliação de faculdades pelo Ministério da Educação, prin-

cipalmente para aquelas que mantêm cursos de pós-graduação.

#### • Barcelos em livros

Já está no mercado a segunda edição (totalmente revista, ampliada e atualizada) da obra *Temas atuais do Ministério Público*, de vários autores, entre os quais o presidente do Cefos, Prof. José Barcelos de Souza, que escreveu o capítulo "Ministério Público e o Controle Externo da Atividade da Polícia". Lançado em novembro último, o livro tem 839 páginas.

O professor Barcelos assina também o capítulo "Dificuldades na prática do direito: Produção antecipada de prova e prova *ad perpetuam memoriam*, com a reforma processual penal de 2008", incluído no livro "Contributos em Homenagem ao Professor Sergio Demoro Hamilton", com lançamento marcado este ano, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, no Rio de Janeiro. As obras podem ser adquiridas no site da editora Lumen Juris.

# Tese de Doutor da FDMC analisa aplicação do instituto da não-cumulatividade tributária

O professor André Mendes Moreira, da FDMC, obteve em 24 de novembro último o grau de Doutor em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da Universidade de São Paulo, ao ser aprovado, por unanimidade, na defesa da tese “Não-Cumulatividade Tributária na Constituição e nas Leis”.

Na tese, ele analisa o instituto da não-cumulatividade tributária e sua aplicação aos impostos – ICMS e IPI – e às contribuições sociais – PIS e Cofins – que se dá de forma diferenciada. O professor André Moreira defende a teoria de que a não-cumulatividade somente produz seus regulares efeitos quando aplicada a tributos que incidem sobre a circulação de riquezas (como o IPI e o ICMS), o que não é o caso das contribuições incidentes sobre o auferimento de receitas (PIS e Cofins), que gravam fatos desvinculados de qualquer negócio jurídico.

Diante disso, ele conclui inexistir, nas contribuições sociais não-cumulativas, a translação jurídica do ônus tributário ao consumidor final, resultado típico da não-cumulatividade quando aplicada ao IPI e ao ICMS. Sendo assim, em caso de eventuais pleitos de restituição ou compensação do PIS e da Cofins indevidamente pagos, a empresa estará dispensada de comprovar que não repassou o ônus do tributo ao consumidor final – ao contrário do que ocorre nos pedidos de repetição do ICMS e do IPI, que somente são deferidos quando o contribuinte apresenta prova de que não repassou o ônus da exação ao próximo elo da cadeia de produção ou, alternativamente, possua autorização do contribuinte de fato (aquele que suporta o ônus do tributo) para pleitear, em nome próprio, a aludida restituição.

A tese também abordou as vicissitudes da não-cumulatividade quando aplicada ao segmento



Da esquerda pra a direita, os professores José Eduardo Soares de Melo (PUC/SP), André Mendes Moreira, Alcides Jorge Costa (USP), Paulo de Barros Carvalho (USP), Sacha Calmon Navarro Coelho (UFRJ e FDMC) e Paulo Ayres Barreto (USP)

de prestação de serviços, no qual “não há uma realidade em que a não-cumulatividade possa operar e transferir o ônus ao consumidor final, pois a matéria-prima do prestador, via de regra, é a mão-de-obra, que não paga ICMS, IPI ou PIS/Cofins e, portanto, não gera crédito tributário”, diz o professor. A não-cumulatividade, segundo ele, penaliza especialmente os prestadores de serviço não somente pela ausência de um número substancial de créditos a compensar, mas também por força das elevadas alíquotas, típicas dessa sistemática de tributação (“Caso contrário, ao final da cadeia não restaria imposto a recolher”). Ele defende que o princípio da não-cumulatividade deixe de ser aplicado às empresas prestadoras de serviço, como ocorre, por

exemplo, com as empresas de telemarketing, que conseguiram a aprovação de lei específica para este fim no caso do PIS e da Cofins.

Sua tese deverá ser publicada em livro proximamente. •

**Título:** “Não-cumulatividade tributária na Constituição e nas Leis”.

**Autor:** André Mendes Moreira

**Banca examinadora:**

Paulo de Barros Carvalho, orientador (USP)  
Sacha Calmon Navarro Coelho (UFRJ e FDMC)  
Alcides Jorge Costa (USP)  
Paulo Ayres Barreto (USP)  
José Eduardo Soares de Melo (PUC – SP)

# Novo mestre defende a reestruturação democrática do planejamento nas empresas

O professor Mateus Simões de Almeida foi aprovado em 2 de dezembro último, com nota máxima (100), na defesa de sua dissertação de Mestrado “Planejamento econômico para o setor privado: uma análise crítica do modelo brasileiro de planejamento”, junto ao Mestrado da FDMC.

O novo Mestre resume assim sua dissertação:

“O Planejamento Econômico Estatal desponta, desde a estruturação do Estado Social, no início do século XX, como instrumento público de indução dos fenômenos econômicos em direções capazes de atender aos anseios coletivos. Largamente utilizado em países de tradição socialista e nos capitalistas adeptos à linha do bem-estar social, o planejamento permaneceu distante da realidade capitalista neoliberal do último quartel do século passado. O início do século XXI traz consigo novos desafios e possibilidades que talvez permitam o resgate desse outrora importante instituto. Para

tanto, faz-se necessária a confrontação dos contornos desse instrumento de política pública com o novo paradigma do Estado Democrático de Direito, em cujas linhas não se pode mais conceber uma visão isolacionista e não cooperativa do Estado com relação aos particulares e, em especial, às empresas.

Para promover a inclusão material do setor privado na lógica estruturante do plano, concebe-se a possibilidade de sua contratualização, em uma sistematização negociada das metas ou, por outro lado, a subsidiarização das decisões econômicas, com a integração das subestruturas setoriais aos centros decisórios. Essas são apenas duas propostas de reestruturação democrática da atividade de planejamento, que podem, se bem estruturadas, fornecer um modelo viável de planejamento para um momento de crise das estruturas liberais abstencionistas.

De toda sorte, é improvável que a prática

do planejamento se viabilize, de forma eficaz, sem o restabelecimento de um marco regulatório que empreste segurança às propostas aqui ventiladas e, por outro lado, a instalação de uma cultura de planejamento, com valorização do esforço planejador e, mais que isso, correta compreensão dos objetivos e instrumentos à disposição dos entes públicos e privados para implementação das metas do plano.” •

**Título:** Planejamento econômico para o setor privado: uma análise crítica do modelo brasileiro de planejamento.

**Autor:** Mateus Simões de Almeida

**Banca examinadora:**

Prof. Doutor Alexandre Bueno Cateb (Orientador)  
Prof. Doutor Rodolpho Barreto Sampaio  
Prof. Doutor Edgard Gastón Jacobs Flores Jr.

# Por dentro da Milton Campos - conheça algumas das facilidades oferecidas pela faculdade

As Faculdades Milton Campos oferecem uma série de serviços para facilitar a vida de seus alunos. Pensando em auxiliar os novatos, o Jornal Milton Campos publica, a cada início de semestre letivo, um guia com os principais serviços prestados, para ser consultado sempre que necessário. As informações estão legendadas como I (Direito) e II (Administração, Ciências Contábeis e Mestrado).



## Xerox

### Horário:

I - Segunda a sexta, 7h30 às 22h; sábado, 7h30 às 13h.  
II - 7h30 às 11h30 e 18h às 21h30.

As cópias custam R\$ 0,10. No Campus II, porém, o preço cai quando se faz acima de 50 cópias de originais diferentes.



## Livrarias

Algumas das principais livrarias de Belo Horizonte, em convênio com a Faculdade de Direito, montam seus estandes no saguão principal e oferecem livros jurídicos a preços especiais. Essa espécie de feira acontece nas primeiras semanas de aulas, em cada semestre, e é mais uma facilidade para o aluno, que pode contar com o conforto de adquirir livros importantes para o seu curso com condições diferenciadas de pagamento.



## Secretaria

**Horário:** Segunda a sexta, 7h30 às 12h e 13h30 às 20h30; sábado, 8h às 12h (I e II).

A secretaria é responsável pelo fornecimento de informações sobre o desempenho acadêmico, como matrícula, notas e frequência, entre outras. Aqui também podem ser obtidos documentos como atestados, declarações e dispensa de disciplinas. Além da secretaria, o aluno pode buscar informações acadêmicas por meio do site da faculdade ([www.mcampos.br](http://www.mcampos.br)).



## Agência Bancária

**Horário:** 10h às 15h30.

Há uma agência do Banco Real no Campus I, próximo à biblioteca. Os alunos podem abrir contas com tarifas especiais e pagar suas mensalidades. No Campus II, há um caixa eletrônico. O aluno deve saber que, até o vencimento, a mensalidade pode ser paga em qualquer banco (agências ou caixas rápidos). Depois disso, somente no Banco Real.



## Estágio

O estágio acadêmico é um importante instrumento de profissionalização. No curso de Direito, ele pode ser realizado a partir do 3º período e tem duração máxima de dois anos (quatro semestres letivos). Já o estágio profissional, destinado aos alunos do 7º período em diante, pode ser feito em escritórios credenciados e mediante prévia inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG). Os estágios também podem ser feitos em órgãos públicos.



## Tesouraria

**Horário:** Segunda a sexta, 8h às 11h30 e 14h às 21h; sábado, 8h às 11h (I e II).

É a área responsável pelo gerenciamento financeiro das FMC.



## Biblioteca

**Horário:** Segunda a sexta, 7h30 às 22h15; sábado, 7h30h às 12h45 (I e II).

Considerada uma das mais completas do Brasil, as bibliotecas das Faculdades Milton Campos contam com mais de 60 mil títulos. Seu acervo é constantemente atualizado com milhares de livros, desde aqueles que constam da lista de exigências do MEC até os que são comprados a partir da indicação dos professores. Outra fonte de enriquecimento do acervo são doações feitas por pessoas físicas ou instituições. Com instalações confortáveis e silenciosas, as bibliotecas ainda oferecem computadores com acesso à Internet, que podem ser usados para pesquisas complementares.



## Laboratório de Informática

**Horário:** Segunda a sexta, de 8h às 12h e de 13h30 às 21h30; sábado, de 8h às 12h30 (I e II).

As Faculdades Milton Campos mantêm cinco laboratórios de informática (dois no Campus I e três no Campus II), com um total de 98 computadores. Todos os equipamentos oferecem acesso à Internet por meio de um link exclusivo da instituição, o que garante maior rapidez na navegação. Entre os programas instalados estão o Word, Excel e PowerPoint, todos da Microsoft. Os alunos de Administração têm à sua disposição o Microsoft Vision e os de Ciências Contábeis o software Mastermaq.



## Jornal

Leia sempre o *Jornal Milton Campos*. Assim, você fica por dentro de tudo o que acontece na faculdade e ainda pode participar de sua elaboração, escrevendo artigos sobre temas relacionados à sua área acadêmica. Com circulação mensal, o jornal possui duas páginas dedicadas à publicação desses artigos que, no caso dos alunos, devem passar pela revisão de um professor. Os Diretórios Acadêmicos também contam com um espaço para divulgar suas realizações.



## Na Internet

O site das Faculdades Milton Campos ([www.mcampos.br](http://www.mcampos.br)) oferece informações sobre o acervo da biblioteca, dados sobre os cursos oferecidos pela instituição, calendário letivo, editais e outras informações acadêmicas. Também dá acesso às matérias do *Jornal Milton Campos* e possui links para sites de interesse dos alunos. O Serviço de Atendimento ao Aluno (SAA) é um serviço via Internet no qual o estudante pode verificar informações sobre sua frequência, notas, resultados e histórico, bem como informar a mudança de endereço, renovar empréstimos de livros, emitir segunda via de boleto de cobrança e ainda baixar arquivos oferecidos pelos professores.

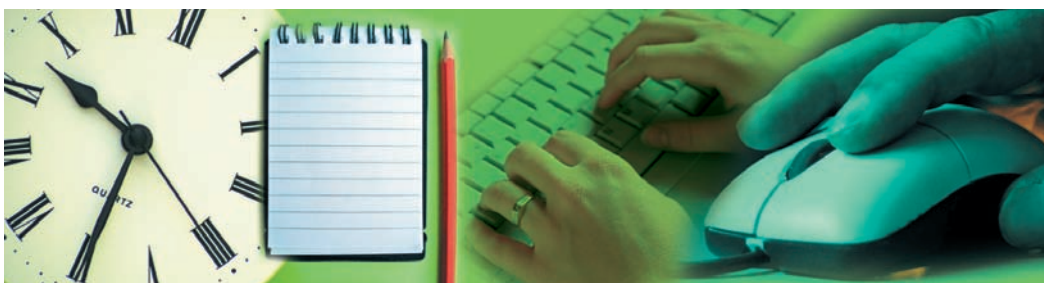


## Ônibus

Duas linhas regulares passam pelos dois campi:

- **Linha 2104** - Nova Gameleira - BH Shopping. Tarifa: R\$2,30
- **Linha 4110** - Dom Cabral - Belvedere. Tarifa: R\$2,30

Os horários podem ser consultados no site da BHTrans: [www.bhtrans.pbh.gov.br](http://www.bhtrans.pbh.gov.br).



# Professores reafirmam compromisso com a faculdade que assumiram desde o início

Com os depoimentos dos professores Plínio Salgado e José Flávio Bontempo Resende, concluímos a série sobre os docentes da Milton Campos com mais de 25

anos na Direito e mais de 10 na Administração, iniciada por ocasião da comemoração do Dia do Professor, em outubro.

## Plínio Salgado, 28 anos de Faculdade de Direito

### “Escola da Justiça e da Liberdade”

“Ingressei na faculdade nos idos de 1981, a convite do professor Marcos Afonso de Souza, por indicação do saudoso professor Paulo Neves de Carvalho. Nesse período de aproximadamente 29 anos, de uma convivência fraternal, sem perda do profissionalismo mútuo, entre professores, servidores e diretoria, posso dar o meu testemunho, realçar a esplêndida missão desta casa de ensino do Direito.

Muitos já são os anos de sua existência, desde quando, na década dos 70, ela começou a semear os frutos da sua grandeza. No itinerário do tempo ela soube crescer e, ao longo dos anos, foi aprendendo a se impor ao respeito universal. O seu melhor apanágio é ter nascido de um ideal e se ter consolidado na racionalidade do possível em cada dia e, nos limites da possibilidade, fiel ao aforismo jurídico de que ninguém é obrigado a realizar o impossível – *ad impossibilia nemo tenetur*. Bem sabendo os seus fundadores que a medida da realidade tem que seguir rigorosamente os parâmetros da sabedoria que dita a medida da capacidade do homem.

As casas, os edifícios, esses se constroem com o cimento que faz a junção dos elementos levantadores das paredes, dos pisos e dos tetos. Uma escola é diferente: se ela não prescinde do material que a ergue, em verdade, a sua essencialidade não está nas coisas que a fazem, mas, muito mais, quase infinitamente mais, nas pessoas que assinam, informam e constituem. São o seu organismo dirigente, docente, discente e

administrativo. O seu corpo pode ser materializado nos edifícios que se levantam, porém, o que valeria tudo isso se não houvesse o espírito da intelectualidade que, esta sim, é a sua única razão de ser e de existir? A sua capacidade comportamental e a sua potencialidade existencial.

O império não pertence ao homem, em sua individualidade, mas ao Direito, enquanto lábaro da Justiça na constituição jurídica da lei, mesmo porque Direito e Justiça não admitem o divórcio entre si. O nome do Direito busca sua origem na Justiça e ambos se unem para que deles nasça a lei.

A Faculdade de Direito Milton Campos nasceu sob esta inspiração e dela nunca se afastou. Traçou seu rumo, apontou o seu endereço para dele nunca se desviar. Eis a razão pela qual dela se orgulham os que, em cada aula dada ou recebida, a vêm construindo. Dela se envaidecem os seus fundadores, quando, em outros horizontes, ouvem falar de sua respeitabilidade como escola e como instituição. O seu nome é substantivo de respeito, da honorabilidade que prova a sua própria essência – *nomen essenciam rei probat*.

Nomes que mais ilustram a sua história, ela os conta sem conta. Tantos por ela passaram, emprestando o melhor do seu quilate intelectual e moral, compondo a galeria tão eloquente que suas paredes seriam pequenas para comportar e memoriar. Pinçar este ou aquele, até que poderia ser possível em celebrações particularizadas. Possível seria, entretanto, seria justo que se o fizesse? Parece-me que não, enquanto penso que cada um,



Sérgio Falci

dentro do ângulo próprio do seu estilo, do seu caráter e da sua personalidade, merece durar como protótipo de tantos outros que os desejarão venerar no pedestal do futuro.

E quanto aos professores de hoje, todos, orgulhosamente, fazem a doação permanente de si mesmos, de sua inteligência, de sua indelével competência, do seu vigoroso zelo pelo bem e pela grandeza desta Escola do Direito, da Justiça e da Liberdade. Todos são responsáveis pela edificação de uma consciência jurídica que ultrapasse as fronteiras do verbo para se consagrar na realidade obrigatória da ação. O cumprimento do dever, todos o têm, não como rotina que se repete, mas como um ideal que se ama.

Aqui, a minha filha estudou e concluiu o seu curso. A opção traduz como confirma o meu sentimento de respeito, confiança e apreço por esta Casa de Milton Campos, nome muito especial com que se homenageia a memória deste ilustre e grande homem público.” •

## José Flávio Bontempo Resende, 11 anos de Faculdade de Administração

### “Estamos entre as melhores”

“A Milton Campos é uma referência profissional e acadêmica, possui projetos interessantes e obteve avaliações muito positivas no Provão (A) e no Enade, portanto, podemos afirmar que somos uma das melhores faculdades de Administração do Brasil.”

Assim o professor José Flávio Bontempo Resende define sua relação com a instituição para a qual trabalha desde agosto de 1999.

Antes de iniciar na Milton Campos, ele

trabalhou como funcionário na Minascaixa, LBA, Gontijo Resende, CEAG e Convap. É sócio desde 1992 da JR Treinamento e Consultoria Ltda. Fez cursos de pós-graduação em finanças pela Fundação Dom Cabral e em política econômica e finanças nas empresas pela Fumec.

Sua ida para a Milton Campos se deu a partir de um convite do professor Newton Viana. Após uma conversa com o coordenador

do curso à época, o professor Paulo Mancini, José Flávio iniciou suas atividades acadêmicas, sendo incentivado pelo próprio Mancini a fazer um curso de mestrado, cuja dissertação foi defendida em 2003.

De acordo com o professor José Flávio, o curso de Administração atualmente está mais “tecnológico, os estudantes estão mais bem informados”. Ele lembra com saudade de vários alunos que se destacaram no curso. •

# Mestrado aumenta produtividade: 37 dissertações defendidas em 2009

Trinta e sete dissertações de Mestrado foram defendidas ao longo de 2009 junto ao curso de pós-graduação em Direito Empresarial da Faculdade de Direito Milton Campos, número que revela "a grande produtividade de nossos alunos e do corpo docente nos últimos anos", segundo o coordenador da pós-graduação, professor Carlos Alberto Rohrmann.

O aumento da produtividade vem ocorrendo de forma consistente, o que pode propiciar a melhoria da classificação do curso da Milton Campos junto à Capes, órgão do MEC responsável pela avaliação da pós-graduação brasileira. "O número de defesas é um dos fatores que a Capes leva em conta no processo de avaliação, ao lado da produtividade docente, medida pelo índice de publicações", diz o professor Rohrmann. Nesse aspecto, a Milton Campos também tem se sobressaído, com maior presença de seus professores em publicações qualificadas brasileiras e estrangeiras, além da própria revista da FDMC, que melhorou sua classificação (leia box).

Ainda em relação às dissertações, o coordenador da pós-graduação diz que outro fator

favorável à Milton Campos tem sido a redução gradativa do número de docentes da própria instituição cursando o Mestrado, ou seja, um menor grau de endogenia. Das 37 dissertações concluídas e defendidas em 2009, apenas duas foram de docentes da Milton Campos: a do professor Mateus Simões (leia à página 3) e a da professora Daniela Fávero (que será focalizada na próxima edição do jornal).



Rohrmann: pós-graduação fortalecida

## Classificação igual à da USP

Os dois volumes da Revista da Faculdade de Direito Milton Campos relativos a 2009 serão lançados em março próximo, dentro do prazo previsto pela Capes. Com esses novos volumes, a revista estará com seu cronograma rigorosamente em dia, depois de conviver algum tempo com atrasos.

O lançamento dos dois novos volumes deverá não só consolidar, mas melhorar ainda mais a classificação da Revista da FDMC, atualmente na categoria *Qualis B4*, que é igual, por exemplo, à da USP (conforme dados do web qualis, ano base 2007). "Como a classificação é atribuída com base em dados anteriores, acredito que a próxima avaliação já será melhor, em função da regularidade de circulação que obtivemos, da qualificação dos autores e da qualidade dos artigos", afirma o professor Carlos Alberto Rohrmann, diretor da Revista. •



AUTOR	TÍTULO DAS DISSERTAÇÕES	BANCA EXAMINADORA
1 • Igor Nunes Mesquita	Do negócio fiduciário <i>stricto sensu</i>	Prof. Doutor Vinicius Jose Marques Gontijo (Orientador) Prof. Doutor Nelson Rosenvald (Membro da banca) Prof. Doutor Jason Soares de Albergaria Neto (Membro da banca) Prof. Doutor Alexandre Bueno Cateb (Membro suplente)
2 • Breiner Ricardo Diniz Resende Machado	A aplicabilidade da teoria da imprevisão aos contratos derivativos referenciados em moeda estrangeira.	Prof. Doutor Alexandre Bueno cateb (Orientador) Prof. Doutor Rodolpho Barreto Sampaio Jr. (Membro da banca) Prof. Doutor Rodrigo Almeida Magalhães (Membro da banca)
3 • Sivia Dias Prado	A incorporação de sociedades e os créditos acumulados de ICMS em razão de estoque	Prof. Doutor Vinicius Jose Marques Gontijo (Orientador) Prof. Doutor Nelson Rosenvald (Membro da banca) Prof. Doutor Jason Soares de Albergaria Neto (Membro da banca) Prof. Doutor Alexandre Bueno Cateb (Membro suplente)
4 • Marina Grimaldi de Castro	Debêntures: forma de captação de recursos no mercado de capitais brasileiro	Prof. Doutor Jason Soares de Albergaria Neto (Orientador) Prof. Doutor Rodrigo Almeida Magalhães (Membro da banca) Prof. Doutor Alexandre Bueno Cateb (Membro da banca) Prof. Doutor Vinicius Jose Marques Gontijo (Membro suplente)
5 • Mário Hermes Soares Campos	O "simples nacional" como imposto único incidente sobre a renda e consumo das pequenas e microempresas no Brasil	Prof. Doutor Elcio Reis (Orientador) Prof. Doutor Elcio Fonseca Reis (Membro da banca) Prof. Doutor Antônio Carlos Diniz Murta (Membro da banca) Prof. Doutor Luciano Dias Bicalho Camargos (Membro suplente)
6 • Viviane Angélica Ferreira Zica	munidade tributária às contribuições sociais das instituições de educação particulares sem finalidade lucrativa	Prof. Doutor Elcio Reis (Orientador) Prof. Doutor Luciano Dias Bicalho Camargos (Membro da banca) Prof. Doutor Antônio Carlos Diniz Murta (Membro da banca) Prof.ª. Doutora Nanci de Melo e Silva (Membro suplente)
7 • Kênia Cristina Pontes Maia	Princípio da preservação da empresa. Fundamento do direito empresarial no código civil de 2002 e na Lei 11.101/05	Prof. Doutor Luiz Fernando da Silveira Gomes (Orientador) Prof. Doutor Salomão de Araújo Cateb (Membro da banca) Prof. Doutor Adriano Stanley Rocha Souza (Membro da banca) Prof. Doutor Fernando José Armando Ribeiro (Membro suplente)
8 • Fabíola Moreira Gontijo	Patentes farmacêuticas: uma análise do sistema brasileiro de concessão de pedidos à luz das novas tendências internacionais	Prof. Doutor Carlos Alberto Rohrmann (Orientador) Prof. Doutor Fernando José Armando Ribeiro (Membro da banca) Prof. Doutor Elcio Fonseca Reis (Membro da banca)
9 • Vinicius Moreira Mitre	Responsabilidade civil nos contratos de terceirização	Prof.ª. Doutora Nanci de Melo e Silva (Orientadora) Prof. Doutor Carlos Alberto Rohrmann (Membro da banca) Prof. Doutor Fernando José Armando Ribeiro (Membro da banca) Prof. Doutor Alexandre Bueno Cateb (Membro suplente)
10 • José Alberto Albehy Gallo	Contratos incompletos	Prof. Doutor Alexandre Bueno Cateb (Orientador) Prof. Doutor Fernando José Armando Ribeiro (Membro da banca) Prof. Doutor Rodolpho Barreto Sampaio Júnior (Membro da banca) Prof.ª. Doutora Nanci de Melo e Silva (Membro suplente)
11 • Eduardo Tadeu Farah	Os efeitos da extinção e suspensão da punibilidade penal nos crimes contra a ordem tributária - uma abordagem descriminalizante	Prof. Doutor Elcio Reis (Orientador) Prof. Doutor Elcio Fonseca Reis (Membro da banca) Prof. Doutor Luciano Dias Bicalho Camargos (Membro da banca) Prof. Doutor Antônio Carlos Diniz Murta (Membro suplente)
12 • Sérgio Augusto Santos Rodrigues	Mitigação do direito do trabalho como forma de proteção do trabalhador na Lei 11.101/05: uma análise econômica	Prof. Doutor Alexandre Bueno Cateb (Orientador) Prof. Doutor Daniel Rivoredo Villas Boas (Membro da banca) Prof.ª. Doutora Nanci de Melo e Silva (Membro da banca) Prof. Doutor Jason Soares de Albergaria Neto (Membro suplente)

13 • Lorena Batista Máximo	Da desnecessidade da desconsideração da personalidade jurídica ante a possibilidade de responsabilidade civil dos administradores	Prof. Doutor Alexandre Bueno Cateb (Orientador) Prof. Doutor Jean Carlos Fernandes (Membro da banca) Prof. Doutor Vinícius Jose Marques Gontijo (Membro da banca) Prof. Doutor Jason Soares de Albergaria Neto (Membro suplente)
14 • Pedro Paulo Moreira Rodrigues	A execução específica dos acordos de acionistas	Prof. Doutor Ricardo Adriano Massara Brasileiro (Orientador) Prof. Doutor Fernando Gonzaga Jayme (Membro da banca) Prof. Doutor Luiz Fernando da Silveira Gomes (Membro da banca) Prof. Doutor Jason Soares de Albergaria Neto (Membro suplente)
15 • Thelma Pompeu Ribeiro Gusmão	A boa-fé nas relações de crédito e sua responsabilidade no superendividamento	Profª. Doutora Miriam de Abreu Machado e Campos (Orientadora) Prof. Doutor Rodolpho Barreto Sampaio Júnior (Membro da banca) Profª. Doutora Taisa Maria Macena de Lima (Membro da banca) Profª. Doutora Nanci de Melo e Silva (Membro suplente)
16 • Shandor Portella Lourenço	Aspectos jurídicos da segurança da informação na empresa	Prof. Doutor Carlos Alberto Rohrmann (Orientador) Prof. Doutor Túlio Lima Vianna (Membro da banca) Prof. Doutor Luiz Fernando da Silveira Gomes (Membro da banca) Prof. Doutor Rodolpho Barreto Sampaio Júnior (Membro suplente)
17 • Carlos Henrique Passos Mairink	Alienação fiduciária de bens imóveis	Prof. Doutor Salomão de Araújo Cateb (Orientador) Prof. Doutor Jean Carlos Fernandes (Membro da banca) Prof. Doutor Luiz Fernando da Silveira Gomes (Membro da banca) Prof. Doutor Alexandre Bueno Cateb (Membro suplente)
18 • Gabriela Mascarenhas Lasmar	A sucessão trabalhista na recuperação judicial	Prof. Doutor Vinícius Jose Marques Gontijo (Orientador) Profª. Doutora Daniela Muradas Reis (Membro da banca) Profª. Doutora Nanci de Melo e Silva (Membro da banca) Prof. Doutor Carlos Alberto Rohrmann (Membro suplente)
19 • Christiano Leonardo G. Gomes	Da imputação objetiva aplicada aos crimes falimentares	Prof. Doutor José Barcelos de Souza (Orientador) Prof. Doutor Vinícius Jose Marques Gontijo (Membro da banca) Prof. Doutor Luis Augusto Sanzo Brodt (Membro da banca) Profª. Doutora Daniela de Freitas Marques (Membro suplente)
20 • Luciano Augusto de Freitas Nunes	A tutela penal do sistema financeiro nacional e o controle difuso de constitucionalidade dos crimes de gestão fraudulenta e gestão temerária	Prof. Doutor José Barcelos de Souza (Orientador) Prof. Doutor Vinícius Jose Marques Gontijo (Membro da banca) Profª. Doutora Daniela de Freitas Marques (Membro da banca) Prof. Doutor Luis Augusto Sanzo Brodt (Membro suplente)
21 • Daniel de Araújo Ribeiro	Microcrédito como meio de desenvolvimento social	Profª. Doutora Miriam de Abreu Machado e Campos (Orientadora) Profª. Doutora Nanci de Melo e Silva (Membro da banca) Prof. Doutor Raphael Frattari Bonito (Membro da banca) Prof. Doutor Rodolpho Barreto Sampaio Júnior (Membro suplente)
22 • Guilherme Carvalho Monteiro de Andrade	O requerimento de falência fundado na regra do art. 94, inciso II, da lei N. 11.101/2005 (lei de recuperação e falência de empresas), frente as modificações introduzidas pelas leis N.11.232/2005 e 11.382/2006	Prof. Doutor Ricardo Adriano Massara Brasileiro (Orientador) Prof. Doutor Daniel Rivoredo Vilas Boas (Membro da banca) Prof. Doutor Jason Soares de Albergaria Neto (Membro da banca) Prof. Doutor Luiz Fernando da Silveira Gomes (Membro suplente)
23 • Clíssia Pena Alves de Carvalho	Legalidade da terceirização de serviços no setor de telecomunicações	Prof. Doutor Aroldo Plínio Gonçalves (Orientador) Profª. Doutora Nanci de Melo e Silva (Membro da banca) Prof. Doutor Ricardo Adriano Massara Brasileiro (Membro da banca) Prof. Doutor Fernando José Armando Ribeiro (Membro suplente)
24 • Roberto Venesia	Responsabilidade dos sócios retirantes ou excluídos após a desvinculação nos casos de dissolução parcial de sociedade limitada	Prof. Doutor Jason Soares de Albergaria Neto (Orientador) Prof. Doutor Luiz Fernando da Silveira Gomes (Membro da banca) Prof. Doutor Fabiano Teodoro de Rezende Lara (Membro da banca) Profª. Doutora Nanci de Melo e Silva (Membro suplente)
25 • Lilliane de Paula Matias	Sociedade de consumo e superendividamento do consumidor: análise de um binômio frente à concepção social de contrato	Profª. Doutora Miriam de Abreu Machado e Campos (Orientadora) Prof. Doutor Rodolpho Barreto Sampaio Júnior (Membro da banca) Prof. Doutor Lucas de Alvarenga Gontijo (Membro da banca) Profª. Doutora Nanci de Melo e Silva (Membro suplente)
26 • Mateus Simões de Almeida	Planejamento econômico para o setor privado: uma análise crítica do modelo brasileiro de planejamento	Prof. Doutor Alexandre Bueno Cateb (Orientador) Prof. Doutor Edgar Gaston Jacobs Flores (Membro da banca) Prof. Doutor Rodolpho Barreto Sampaio Junior (Membro da banca)
27 • Sérgio Augusto Veloso Brasil	A imputação do crime de exercício ilegal de atividade na lei de falências	Prof. Doutor Vinícius Jose Marques Gontijo (Orientador) Prof. Doutor Jason Soares de Albergaria Neto (Membro da banca) Prof. Doutor Jean Carlos Fernandes (Membro da banca) Prof. Doutor Fernando José Armando Ribeiro (Membro suplente)
28 • Amaury Soier	A defesa do réu no processo da falência	Prof. Doutor Ricardo Adriano Massara Brasileiro (Orientador) Prof. Doutor Jean Carlos Fernandes (Membro da banca) Prof. Doutor Vinícius Jose Marques Gontijo (Membro da banca) Prof. Doutor Luiz Fernando da Silveira Gomes (Membro suplente)
29 • Angela Barbosa Franco	O empresário individual de responsabilidade ilimitada: uma análise jurídica e econômica	Prof. Doutor Alexandre Bueno Cateb (Orientador) Prof. Doutor Antônio Carvalho Campos (Membro da banca) Prof. Doutor Jason Soares de Albergaria Neto (Membro da banca) Prof. Doutor Luiz Fernando da Silveira Gomes (Membro suplente)
30 • Ronaldo Santos de Oliveira	Títulos de crédito: aspectos inconstitucionais da lei de protesto	Prof. Doutor Vinícius Jose Marques Gontijo (Orientador) Prof. Doutor Jason Soares de Albergaria Neto (Membro da banca) Prof. Doutor Érico Andrade (Membro da banca) Prof. Doutor César Augusto de Castro Fiúza (Membro suplente)
31 • Margherita Coelho Toledo	A sociedade de propósito específico no âmbito do direito empresarial brasileiro	Prof. Doutor Jason Soares de Albergaria Neto (Orientador) Prof. Doutor Rodrigo Almeida Magalhães (Membro da banca) Prof. Doutor Ricardo Adriano Massara Brasileiro (Membro da banca) Profª. Doutora Nanci de Melo e Silva (Membro suplente)
32 • Daniela Fávero	A (in) comunicabilidade de quotas de sociedade limitada em decorrência da separação de fato dos cônjuges	Prof. Doutor Salomão de Araújo Cateb (Orientador) Prof. Doutor Arthur José Almeida Diniz (Membro da banca) Prof. Doutor Jason Soares de Albergaria Neto (Membro da banca)
33 • Clara Gazzinelli de Almeida Cruz	Fundos de investimento: um novo tipo de pessoa jurídica	Prof. Doutor Rodolpho Barreto Sampaio Júnior (Orientador) Prof. Doutor Vinícius Jose Marques Gontijo (Membro da banca) Profª. Doutora Taisa Maria Macena de Lima (Membro da banca) Prof. Doutor Leonardo Canabrava Turra (Membro suplente)
34 • Kerley Aparecida de Menezes Brasileiro	O assédio moral em uma relação de trabalho no ambiente empresarial	Prof. Doutor Luiz Fernando da Silveira Gomes (Orientador) Prof. Doutor Salomão de Araújo Cateb (Membro da banca) Prof. Doutor César Augusto de Castro Fiúza (Membro da banca) Prof. Doutor Rodolpho Barreto Sampaio Júnior (Membro suplente)
35 • Marcelino Pereira Marques	Dano Moral Coletivo: Aspectos relevantes para sua aplicação no direito brasileiro	Prof. Doutor Rodolpho Barreto Sampaio Júnior (Orientador) Prof. Doutor Vinícius Jose Marques Gontijo (Membro da banca) Prof. Doutor César Augusto de Castro Fiúza (Membro da banca) Prof. Doutor Ricardo Adriano Massara Brasileiro (Membro suplente)
36 • Fábio Murilo Nazar	A tutela externa do crédito	Prof. Doutor Rodolpho Barreto Sampaio Júnior (Orientador) Prof. Doutor Carlos Alberto Rohrmann (Membro da banca) Prof. Doutor Maria Emília Naves Nunes (Membro da banca) Prof. Doutor Nanci de Melo e Silva (Membro suplente)
37 • Fernanda Pacheco Teles	Análise econômica da função social da empresa	Prof. Doutor Fábio Rodrigues Belo (Orientador) Prof. Doutor Carlos Alberto Rohrmann (Membro da banca) Prof. Doutor Rodolpho Barreto Sampaio Júnior (Membro da banca)

# Milton Campos, a ‘fábrica de esperanças’, tem presença forte na magistratura mineira

RICARDO ARNALDO MALHEIROS FIÚZA\*

O “Almanaque dos Magistrados do Estado de Minas Gerais”, recentemente publicado, por feliz iniciativa da Escola Judicial “Desembargador Edésio Fernandes” (EJEF), possibilitou-me uma pesquisa interessante sobre a nossa querida Milton Campos, “fábrica de esperanças”, como a chamou o mestre Décio Fulgêncio.

Na relação de magistrados mineiros da ativa, constante do Almanaque, tive o prazer de encontrar 74 ex-alunos de nossa Faculdade! Para uma Escola de Direito criada em 1975, é uma vitória já ter na Magistratura de nosso Estado um número tão significativo de integrantes do Judiciário Mineiro, sendo quatro Desembargadores, 70 juízes de Direito, dois juízes do Tribunal de Justiça Militar e dois Juízes de Direito do Juízo Militar.

Eis a inteira relação, em ordem alfabética, dos nomes dos magistrados, seguidos do ano de sua formatura na FDMC:

## I – Desembargadores do TJMG:

1. Luiz Carlos Gomes da Mata – 1985
2. Márcia De Paoli Balbino – 1980
3. Pedro Bernardes de Oliveira – 1986
4. Tiago Pinto (concluiu o curso pela PUC Minas – 1983)

## II – Juízes de Direito

1. Adriana Fonseca Barbosa Mendes – 1986
2. Agostinho Gomes de Azevedo – 1982
3. Alexandre Quintino Santiago – 1989
4. Andréa Mol Bessa – 1997
5. Angélica Ferrari Brugnara Battestim – 1983
6. Antônio Felix dos Santos – 1990
7. Armando Ghedini Neto – 1999
8. Bárbara Heliadora Quaresma Bomfim – 2000
9. Christiano de Oliveira Cesarino – 2000
10. Cibele Mourão Barroso de Figueiredo Oliveira – 2003
11. Claudia Helena Batista – 1987
12. Daniel Leite Chaves – 2004
13. Edelberto Vasconcellos Santiago – 1996
14. Edison Feital Leite – 1983
15. Edson Anderson Magalhães Longuinhas – 1982
16. Edson Almeida Campos – 1980
17. Eduardo Marques Lott – 1996
18. Eduardo Tavares Vianna – 1996
19. Erlânia Zica e Silva Lucas Pereira – 1997
20. Evandro Lopes da Costa Teixeira – 1987
21. Fabiana Cardoso Gomes Ferreira – 1997
22. Fernanda Baeta Vicente – 1999
23. Fernando Fulgêncio Felicíssimo – 1989
24. Geraldo David Camargo – 1985
25. Gilberto Benedito – 1993
26. Guilherme de Azeredo Passos – 1990
27. Guilherme Lima Nogueira da Silva – 1997
28. Guilherme Sadi – 1992
29. Gustavo Henrique Moreira do Valle – 2002
30. Ilca Malta Pinto – 1996
31. Jéferson Maria – 1989
32. João Elias da Silveira – 1989
33. Joaquim Cardoso de Campos Valladares – 1981

34. José Martinho Nunes Coelho – 1982
35. José Ricardo dos Santos de Freitas Veras – 1987
36. Juliana Miranda Pagano – 1997
37. Júlio César Lorens – 1986
38. Júlio Ferreira de Andrade – 2003
39. Kárin Liliane de Lima Emmerich e Mendonça – 1983
40. Leonardo Lima Públio – 2004
41. Leonardo Machado Cardoso – 1996
42. Lucinalva Ferraz dos Santos – 1993
43. Lúcio Eduardo de Brito – 1989
44. Marcela Maria Pereira Amaral – 2003
45. Marcelo Augusto Lucas Pereira – 1997
46. Marco Aurélio Chaves Albuquerque – 1987
47. Maria Beatriz Fonseca da Costa Biasutti – 2001
48. Maria Luíza de Marilac Alvarenga Araújo – 1987
49. Mariana de Lima Andrade – 1999
50. Marli Rodrigues da Silva – 1984
51. Mateus Bicalho de Melo Chavinho – 1998
52. Mauro Pena Rocha – 1989
53. Milton Lívio Lemos Salles – 1989
54. Moema Miranda Gonçalves – 1994
55. Patrícia Fróes Dayrell Belo – 2000
56. Paulo Cássio Moreira – 1989
57. Paulo Gastão de Abreu – 1992
58. Raquel Bhering Nogueira Miranda – 1996
59. Roberta Chaves Soares – 1997
60. Rodrigo Antunes Lage – 1995
61. Rodrigo da Fonseca Caríssimo – 1997
62. Sabrina Alves Freesz – 1999
63. Tânia Maria Elias Chain – 1996
64. Tatiane Turlália Mota Franco Saliba – 2001
65. Valdir Ataíde Guimarães – 1981
66. Veruska Rocha Mattedi Lucas – 1999
67. Wagner de Oliveira Cavalieri – 1993
68. Waleska Oliveira Moraes – 1994
69. Wenderson de Souza Lima – 1994
70. Wilson Almeida Benevides – 1989

## III. Juízes do Tribunal de Justiça Militar

1. Fernando José Armando Ribeiro – 1996
2. James Ferreira Santos – 1991

## IV. Juízes de Direito do Juízo Militar

1. André de Mourão Motta – 1995
2. João Libério da Cunha – 1983

Dados colhidos no “Almanaque dos Magistrados do Estado de Minas Gerais” (TJMG/EJEF – 2009) •

PROFESSOR CONVIDADO DA FDMC E DA EJEF.  
EDITOR ADJUNTO DA DEL REY.

## PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

O espaço para artigos é aberto a professores, alunos e ex-alunos das Faculdades Milton Campos. Envie o seu para [jornal@mc Campos.br](mailto:jornal@mc Campos.br). O texto deve ter de 4.000 a 6.000 caracteres (com espaço), ser identificado com o nome do autor, telefone para contato e, no caso de estudantes, nome do professor responsável pela revisão. Mande também sua dica para a ilustração. Os artigos são publicados por ordem de chegada.